



## Em balanço dos 100 dias da Mesa, Renan cita corte de gastos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que os cem primeiros dias da atual Mesa se pautaram pela economia, pela transparência e pela eficiência. O objetivo, afirmou, é aproximar a Casa da sociedade. **3**

## Reformulação da Biblioteca Digital do Senado facilita pesquisas **2**

# Amorim sugere 2% do PIB para as Forças Armadas

Geráldio Mangel/Agência Senado



Ao lado de Ricardo Ferraço, Amorim explica medidas para combater a evasão de militares devido à baixa remuneração

Ministro da Defesa propõe como meta para dez anos patamar mais próximo de outros países em desenvolvimento

**E**m audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Celso Amorim defendeu que parcela atual de 1,5% do PIB para a área militar aumente 0,5 ponto percentual, aproximando-se da média de 2,5% de nações como China, Rússia, Índia e África do Sul. **8**

Marcos Oliveira/Agência Senado



## Senado doa à rede do DF aparelhos hospitalares

Cerca de 300 equipamentos hospitalares que pertenciam ao Serviço Médico do Senado, como cadeiras de rodas e aparelhos eletrocardiográficos e de

raios X, foram entregues ontem à rede pública de saúde do Distrito Federal. A doação se insere nas medidas adotadas pela Casa para conter despesas. **4**

Os senadores Flexa Ribeiro (E) e Renan Calheiros e o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, participam de solenidade de entrega dos equipamentos médicos

## Senadores irão a julgamento de acusado de matar cinco sem-terra **7**

### Comissão espera proposta do governo sobre domésticas **6**

### Vanessa cobra balanço de ações contra mudança climática **6**

## Dilma faz apelo em favor da MP dos Portos

A MP, que ainda está na Câmara, perde a validade semana que vem. Renan Calheiros prometeu empenho para votá-la a tempo no Senado. **5**



Portos do Paraná

Navio no Porto de Paranaguá: falta de consenso dificulta aprovação da MP

# 100 dias de gestão

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

## Senado Federal: economia, eficiência e transparência

SENADO FEDERAL



# Novo portal da Biblioteca do Senado amplia acervo

Software livre permitiu que não houvesse gasto adicional para facilitar o acesso pela internet a 226 mil publicações, que incluem livros, trabalhos acadêmicos, revistas e primeiras edições de obras raras



UMA NAVEGAÇÃO MAIS rápida e intuitiva e uma pesquisa mais eficiente são o que propõe o novo portal da Biblioteca Digital do Senado ([www2.senado.gov.br/bdsf](http://www2.senado.gov.br/bdsf)). Lançado ontem, o novo portal disponibiliza 226 mil publicações. Há livros e trabalhos acadêmicos sobre legislação, história e direito, além de notícias, revistas e as primeiras edições de obras raras, com a língua portuguesa da época.

Segundo o gerente da Biblioteca Digital, André Luiz Lopes de Alcântara, o novo portal tem mais filtros de pesquisa, além do título da obra e do autor. O usuário pode até inserir trechos das obras para encontrá-las.

— Antes apareciam muitos resultados e ficava difícil filtrar. Agora está mais fácil, com resultados mais precisos. Outras ferramentas contribuem para que a informação seja encontrada — explicou.

Alcântara acrescentou que a navegação está intuitiva, com menos cliques para encontrar e baixar a informação.

O lançamento de novas coleções aumenta o acervo de 222



Helena Celeste, Edilenice Passos, Claudia Lyra, Doris Peixoto e Alfredo Cotait

mil documentos para 235 mil. A intenção, segundo Alcântara, é chegar a 3,5 milhões de documentos em cinco anos. Entre as coleções lançadas, está a da *Revista Moderna*, periódico raro, impresso em Paris, que circulou no Brasil e em Portugal entre 1897 e 1899.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, ressaltou que a reformulação da Biblioteca Digital não trouxe nenhum gasto adicional à Casa.

— Especialistas da Biblioteca e do Prodasen utilizaram software livre, usado pelas melhores bibliotecas do mundo — afirmou.

A diretora da Biblioteca do Senado, Helena Celeste, agra-

deceu pela inclusão do novo portal entre as ações prioritárias da atual gestão.

— O presidente do Senado, numa visão de futuro, incluiu esse lançamento no plano das ações dos cem dias. Ele também contribuiu para a Biblioteca Digital com documentos de sua autoria — disse.

Segundo o gerente da Biblioteca Digital do Senado, a cada ano são feitos mais de 1 milhão de downloads de conteúdos do portal e mais de 1,5 milhão de pesquisas, principalmente de usuários do Brasil, mas também de outros países. As obras do acervo estão em domínio público ou têm os direitos autorais cedidos pelos autores.

## Plenário votará pós para professores



Autor da proposta, Aloysio defende a retomada da qualificação profissional

O projeto que exige mestrado e doutorado como requisito em concursos para professor de instituições federais (PLS 123/2013) terá que ser votado pelo Plenário porque houve recurso após a votação final na Comissão de Educação (CE).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor da proposta, explicou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já previa a pós-graduação como requisito, mas ano

passado uma mudança no plano de carreira dos professores federais eliminou a exigência.

A volta da exigência, segundo Aloysio, deve retomar o crescimento da qualificação profissional verificado na última década. Dados do Censo da Educação Superior de 2010, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), apontaram uma elevação da titulação dos docentes entre 2001 e 2010.

## Recurso estende análise de autonomia de delegados

Aprovado em votação final pela Comissão de Constituição e Justiça, o PLC 132/2012, que garante maior autonomia aos delegados de polícia nos inquéritos policiais, terá de ser votado pelo Plenário. Na CCJ, senadores contrários à proposta já haviam avisado que apresentariam recurso.

Pelo texto, o delegado só

poderá ser afastado da investigação se houver interesse público ou descumprimento de procedimentos previstos em regulamento da corporação. O ato para isso dependerá de despacho fundamentado por superior hierárquico. O ato fundamentado também é previsto para transferência. O delegado deverá conduzir

a investigação criminal levando em conta apenas “seu livre convencimento técnico-jurídico”, atuando com “isenção e imparcialidade”.

Os senadores contrários temem que o projeto tire poderes do Ministério Público, a exemplo do que propõe a PEC 37/2011, em tramitação na Câmara dos Deputados.

## Taques saúda incentivo a educação de empregados

Pedro Taques (PDT-MT) destacou a aprovação de projeto de autoria dele que concede benefícios fiscais à empresa que custear a educação dos empregados e dependentes, tanto no ensino regular como no complementar (cursos profissionalizantes e de pós-graduação). O texto foi encaminhado à Câmara. Segundo o senador, o projeto, que estipula um limite para o auxílio-educação de até 30% do salário contratado, vai estimular a empresa a investir em mão de obra.

— Hoje, há casos de empresas que deixam de projetar expansão comercial por saber que não poderão atender a nova demanda devido à falta de colaboradores qualificados.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) saudou a iniciativa e disse que o retorno a ser dado pelo projeto será muito maior do que o custo da desoneração.



Para senador, projeto aumenta investimento em mão de obra

## Dia das Mães motiva discurso de Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) homenageou ontem as mães brasileiras e em especial a própria mãe, Nadir, pelo Dia das Mães, que será comemorado domingo. Ela cumprimentou a presidente Dilma Rousseff por ser mãe e avó e pela sensibilidade para questões que afetam as mulheres.

A senadora observou que, apesar dos desafios impostos pela nova condição perante a sociedade, a maioria das mulheres não abdica do direito de ser mãe.

— A maternidade deve ser sempre apoiada e amparada pelo Estado, em todos os níveis de governo, com políticas públicas que permitam à mulher compatibilizar a maternidade com a vida profissional — afirmou.

A senadora mencionou ações desenvolvidas pelo governo para promover o amparo às famílias e à maternidade, como o aumento da oferta de creches.



Senadora diz que maternidade deve ser apoiada pelo Estado

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão para discursos

9h Sem votação de matérias, a sessão não deliberativa destina-se a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

### CJLEP Lei de Execuções Penais

10h Comissão de juristas destinada a realizar estudos e propor atualização da Lei de Execuções Penais (LEP) promove reunião sobre o assunto.

### CRA Regularização fundiária em Rondônia

14h Audiência pública externa debate a regularização fundiária em Rondônia, nas áreas urbanas e rurais, na Câmara Municipal de Jarú (RO).

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senador destacou primeiros cem dias da nova Comissão Diretora e anunciou que gabinetes dos parlamentares terão CNPJ próprio para aumentar controle de verba indenizatória

## Em balanço de gestão, Renan destaca economia de dinheiro



EM PRONUNCIAMENTO ONTEM, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um balanço dos primeiros cem dias de gestão da atual Comissão Diretora na Casa. Ele explicou que, para aproximar a instituição da sociedade, a nova direção do Senado vem pautando seus trabalhos em três conceitos: economia, transparência e eficiência.

Renan destacou a previsão de economia de R\$ 302 milhões até o fim de 2014. O dinheiro economizado irá para programas sociais.

O presidente recordou que, no início dessa gestão, em ação conjunta com a Câmara dos Deputados, foram extintos os “indefensáveis” 14º e 15º salários dos parlamentares.

Ele acrescentou que já foram extintas 101 funções comissionadas nos gabinetes. Além disso, houve redução de 25% das funções de chefia e foi imposto limite ao fracionamento dos cargos. A ampliação da jornada corrida dos funcionários de seis para sete horas diárias resultou em 50 mil horas anuais de trabalho a mais.



Vital e Pimentel cumprimentam Renan (D) após discurso de balanço de gestão

Renan destacou ainda a fixação de uma taxa de ocupação dos imóveis do Senado que não são ocupados por senadores — arrecadação de R\$ 2,3 milhões.

Mais R\$ 1,5 milhão será economizado com o limite para ligações interurbanas, internacionais e para celulares e com a proibição de realização de reuniões fora de Brasília por servidores.

A criação e a instalação do Conselho de Transparência e da Secretaria da Transparência, feitas sem custos adicionais, também foram medidas destacadas no discurso do presidente do Senado, assim como a decisão da Mesa de criar um CNPJ para cada gabinete, com

o objetivo de administrar as verbas indenizatórias com mais transparência — o que será objeto de um projeto de lei.

Entre as medidas de fortalecimento do Poder Legislativo, Renan citou a criação de sessões temáticas, para ampliar as discussões entre os senadores.

— Avançamos bastante em cem dias, mas ainda não estamos confortáveis. Há ainda muitos excessos, desperdícios e vícios que foram se acumulando ao longo dos anos e que precisam ser diagnosticados e corrigidos. Apenas as instituições que são permeáveis à crítica, abertas a revisões, mantêm sua credibilidade — afirmou.

## Senadores citam autocrítica e avanços na administração

Diversos senadores elogiaram as medidas tomadas nos cem primeiros dias da atual gestão. Disse o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM):

— É verdade que o Senado ainda não é o exemplo da modernidade da gestão. Mas é verdade que estamos tendo a coragem de avançar e tomar decisões importantes nesse sentido, de buscar a autocrítica, a reciclagem e a modernização.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que disse não ter votado em Renan para presidente do Senado, afirmou que tem se surpreendido positivamente.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que Renan ficará

na história como o presidente do Senado que teve a decisão política de colocar em votação a proposta de emenda que igualou os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que Renan mostrou estar comprometido com uma agenda positiva para o Parlamento. Ruben Figueiró (PSDB-MS) destacou que ele tem sido reconhecido inclusive por senadores que não votaram nele para a Presidência. O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), elogiou a disposição de Renan de buscar, com a Câmara, a solução para o rito de tramitação das medidas provisórias.

## “Reformas incomodam, mas trazem eficiência”, diz Lopes

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que as medidas implementadas por Renan Calheiros visam não só à redução das despesas, mas principalmente ao aumento da eficiência dos serviços prestados pelo Senado à sociedade.

Sérgio Souza (PMDB-PR) enfatizou a necessidade de resgate da dignidade do Legislativo em razão das constantes ingerências dos outros Poderes no Congresso.

Jayme Campos (DEM-MT), por sua vez, classificou de profícuos os cem primeiros dias de Renan na Presidência do Senado e afirmou que houve

uma demonstração clara das boas intenções da atual Mesa.

Eduardo Lopes (PRB-RJ) contou que, depois de ter publicado numa rede social que estava na Mesa do Senado, ao lado de Renan, na comemoração dos cem dias à frente da Presidência, foi questionado por um seguidor se isso seria “motivo de orgulho”.

— Sim, é motivo de orgulho no sentido de que participo de um momento histórico. Vossa Excelência tomou decisões corajosas, fez reformas que trazem transtornos, incomodam, mas têm o objetivo de trazer eficiência ao Senado.

## Impasse sobre ICMS adia análise de MP

Impasse em torno da reforma do ICMS aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) levou a comissão mista da Medida Provisória 599/2012 a adiar a votação



Eunício Oliveira



Wilder Morais

da MP, que trata das compensações aos estados pela redução das alíquotas interestaduais do imposto. O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), chegou a apresentar uma complementação do relatório lido na reunião anterior, no dia 7, e o vice-presidente da comissão mista, Romero Jucá (PMDB-RR), remarcou a votação para terça-feira, às 11h.

Pinheiro reconheceu a existência de um impasse sobre a reforma do ICMS. Segundo ele, se não houver um acordo sobre as alíquotas interestaduais — fixadas na reforma em 7% e 4% contra os atuais 7% e 12% —, a mudança no imposto “tenderá a cair”. O relator chegou a atender algumas reivindicações de bancadas e incluiu no projeto de lei de

conversão da MP a criação áreas de livre comércio em Santarém e Barcarena, no Pará, e em Estreito e Grajaú, no Maranhão, para compensar possíveis perdas sofridas por esses estados com a manutenção da alíquota de 12% na Zona Franca de Manaus. Também aceitou aumentar os recursos orçamentários do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para R\$ R\$ 148 bilhões, o mesmo valor do montante que virá por empréstimos, totalizando R\$ 296 bilhões.

Em pronunciamento no Plenário, Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse que a reforma do ICMS “não pode ser votada a toque de caixa”. Wilder Morais (DEM-GO) também discursou sobre o tema, defendeu a manutenção dos incentivos fiscais e disse considerar injusto que o PRS 1/2013, em análise na CAE, diminua a capacidade competitiva de certos estados.

## Ana Amélia critica criação de 39º ministério

Ao destacar que a presidente Dilma Rousseff empossou ontem o 39º ministro — Guilherme Afif Domingos, na Secretaria da Micro e Pequena Empresa —, Ana Amélia (PP-RS) disse que a sociedade está cansada de pagar uma conta alta para um governo que não tem qualidade na contrapartida.

A senadora citou o exemplo de um laboratório de Porto Alegre que há dois anos aguarda a liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para produzir um medicamento fitoterápico que auxilia a digestão. O mesmo laboratório, fundado em 1932, não consegue o registro de outro medicamento a base de produtos vegetais que produz há 50 anos.

A senadora parabenizou o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), por ter cancelado ontem a reunião em que seria apresentado o Relatório de Atividades

de 2011 da agência. De acordo com ela, o cancelamento se deu porque o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, não compareceu e mandou um representante.

Na posse de Afif, que é também vice-governador de São Paulo, a presidente Dilma afirmou que o ministro “é a pessoa certa para o lugar certo”. — É um reconhecimento de direito — disse.

No discurso, Afif disse que é necessário desregular e aumentar a competitividade das empresas de pequeno porte.

A pasta, com status de ministério, terá como responsabilidade chefiar as políticas públicas ligadas às micros e pequenas empresas, que eram exercidas anteriormente pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A criação da nova secretaria foi aprovada pelo Senado em março. O presidente Renan Calheiros participou da solenidade de posse.



Ana Amélia

# Senado entrega equipamentos hospitalares à rede pública do DF

Solenidade de doação dos aparelhos ocorreu ontem; medida faz parte do conjunto de ações adotadas pela Casa para reduzir gastos



CERCA DE 300 equipamentos hospitalares que eram utilizados no Serviço Médico do Senado foram doados ontem para a rede pública de saúde do Distrito Federal. A doação faz parte das “Metas de 100 dias”, aprovadas pela Comissão Diretora, e se insere nas medidas adotadas pelo Senado para

diminuir despesas e acabar com redundâncias administrativas.

Na busca da racionalização dos recursos, o Senado já havia cedido 19 profissionais, entre médicos, técnicos de enfermagem e enfermeiros, à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

— A doação dos equipamentos completa o fim de um privilégio indefensável que era o serviço médico gratuito do Senado, mesmo o Senado contando com um plano de saúde para os servidores. Esse atendimento caracterizava um privilégio para os servidores e para os senadores. Com essa

medida, ganhamos todos: o Senado, que cumpre sua missão, e a população — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os bens doados pela Casa incluem macas, cadeiras de rodas, balança eletrônica e aparelhos desfibriladores, eletrocardiográficos, de raios X, odontológicos e de ultrassom para fisioterapia.

O presidente do Senado e o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, assinaram um termo de doação. A assinatura do termo foi realizada na Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams). Também esteve presente o secretário de Saúde

do DF, Rafael Barbosa.

Segundo Renan, o ato também mostra que o Senado tem preocupação social:

— É sobretudo uma oportunidade para que a gente possa cuidar mais da população.

De acordo com Agnelo, a cessão dos aparelhos vai beneficiar os habitantes do Distrito Federal e das cidades do Entorno. Conforme dados da Secretaria de Saúde, cerca de 50% das pessoas atendidas pelo Sistema Único de Saúde no Distrito Federal são de outros estados.

— É um gesto maravilhoso. Os equipamentos que estavam sendo utilizados por um público restrito serão utilizados pela população que mais precisa. Vai melhorar muito a qualidade da nossa assistência — disse o governador.

Os equipamentos foram cedidos por meio do Ato da Comissão Diretora 11/2013, que admite a doação de bens móveis que integram o patrimônio do Senado para fins de utilidade social.

Os equipamentos doados à Secretaria de Saúde serão distribuídos entre as unidades da rede pública do Distrito Federal.



O presidente do Senado, Renan Calheiros, mostra ao governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, os aparelhos doados

## Fim do ambulatório levará a economia de R\$ 6 bilhões

A extinção do atendimento ambulatorial do Senado responderá por R\$ 6 milhões dos R\$ 303 milhões que a Casa pretende economizar em dois anos. O serviço foi considerado desnecessário

porque o Senado já oferece plano de saúde a senadores e servidores.

Uma parte dos servidores da área médica foi incorporada aos serviços de emergência e de perícia. Outra parte foi

cedida ao governo do Distrito Federal. Em troca, o Senado recebeu profissionais de áreas em que tem carência de mão de obra: informática, gestão de políticas públicas e manutenção predial.

### Relação de bens doados pelo Senado:

- » <http://bit.ly/relacaoBens01>
- » <http://bit.ly/relacaoBens02>
- » <http://bit.ly/relacaoBens03>
- » <http://bit.ly/relacaoBens04>
- » <http://bit.ly/relacaoBens05>

## Para reforçar SUS, pesquisadora sugere alterar dedução com saúde no IR

O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) poderia ser reforçado por meio de uma revisão dos subsídios que são concedidos a usuários da rede privada de saúde. Embora reconheça a dificuldade de mexer na renúncia fiscal garantida aos contribuintes por meio de dedução no Imposto de Renda, a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Luciana Servo levantou a hipótese ontem, durante audiência pública da comissão temporária que analisa soluções para o financiamento da saúde pública.

De acordo com Luciana, a renúncia fiscal em benefício de usuários de planos de saúde privados foi de R\$ 12 bilhões em 2012. Grande parte do subsídio (R\$ 10 bilhões) teve origem na dedução no Imposto de

Renda. O valor foi pouco maior que os investimentos públicos nas ações de atenção básica à saúde (R\$ 9,6 bilhões) e correspondeu a quase 10% do custo anual do sistema (R\$ 136 bilhões).

— Ao dar essa renúncia, não se está priorizando o SUS, pois [o subsídio] está indo para um segmento da população

que hoje tem renda mais alta e para um setor que atende a uma parcela da população muito menor do que aquela que o SUS atende — afirmou a pesquisadora.

Para ela, 3,8% do PIB para financiamento da saúde pública são insuficientes. A busca por novas fontes de recursos envolve desde a política de

ressarcimento dos planos privados pelo uso da estrutura pública de saúde por seus beneficiários até a captação de receitas geradas pela exploração de petróleo no pré-sal.

O relator da comissão, Humberto Costa (PT-PE), acredita que uma maior participação financeira da União é a saída para superar a carência de recursos. O senador cobrou a efetiva contrapartida de investimentos do setor privado pela ação “parasitária” que desenvolve em relação ao sistema público de saúde.

— É subsidiada [a saúde privada] por um lado por renúncia fiscal para beneficiar usuários de planos de saúde e, por outro lado, há o fato de que tudo o que o sistema privado não faz o público faz no seu lugar, e com muito menos dinheiro.



Os senadores Waldemir Moka e Humberto Costa e a pesquisadora Luciana Servo

## Aposentadoria especial para pessoas com deficiência

Entram em vigor no prazo de seis meses as regras especiais de aposentadoria para pessoas com deficiência. A regulamentação foi sancionada na quarta-feira, na forma da Lei Complementar 142/2013. O texto é o do substitutivo de Lindbergh Farias (PT-RJ) ao PLC 40/2010.

A aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será garantida à pessoa com deficiência grave aos 25 anos de contribuição, se homem, e 20, se mulher. Em caso de deficiência moderada, 29 e 24 anos, respectivamente; e de deficiência leve, 33 e 28 anos. A regra geral é de 35 anos para homens e 30 para mulheres. O valor do benefício será de 100% do salário.

A pessoa também poderá se aposentar por idade, aos 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher, para qualquer grau de deficiência, desde que tenha contribuído por pelo menos 15 anos e comprove a existência da deficiência pelo mesmo período. O valor, nesse caso, será de 70% do salário, mais 1% para cada 12 contribuições mensais.



José Cruz/Agência Senado

## Projeto concede isenções de IR a doente de Crohn

Os portadores da doença de Crohn (tipo de inflamação intestinal crônica) poderão ficar isentos do pagamento do Imposto de Renda sobre rendimentos de aposentadoria ou reforma. Um projeto de lei com esse objetivo (PLS 80/2010), do ex-senador Sérgio Zambiasi, foi aprovado antontem na Comissão de Assuntos Sociais. O texto vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

## Apresentação do balanço de 2011 da Anvisa é adiada

A audiência para a apresentação do relatório de atividades de 2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), prevista para ontem, foi cancelada por problemas com a agenda dos convidados. O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), informou que marcará outra data para a exposição do presidente da Anvisa, Dirceu Barbano.

Texto será votado pelo Senado depois da Câmara, que suspendeu o exame na quarta devido a tumulto. Renan afirma que fará todos os esforços pela análise dentro do prazo

# Dilma pede a aprovação da MP dos Portos

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, fez ontem um apelo pela aprovação da Medida Provisória 595/2012 (MP dos Portos). Quarta-feira, um tumulto na Câmara cancelou a votação da MP, que perde a validade quinta-feira que vem. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que fará todos os esforços para que a Casa vote a MP a tempo. O texto será examinado pelo Senado depois que for aprovado pelos deputados.

— Essa é uma medida estratégica para o nosso país. Nós queremos que o acesso aos portos brasileiros seja direito de todos aqueles que produzem — afirmou a presidente da República.

Renan concordou que é um assunto de interesse do Brasil, sobretudo num momento de crise econômica internacional. Ele não desconsiderou as dificuldades de aprovação de uma MP sem que os senadores tenham um prazo mínimo de dez dias para discuti-la, mas mostrou-se otimista: disse que o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, pretende convocar uma sessão para aquela Casa votar a MP na segunda-feira. Por isso, Renan pretende conversar com os líderes partidários a fim de apressar a votação também no Senado.

— Torço para que a MP seja aprovada, e trabalhamos nessa direção. Se a Câmara aprovar segunda-feira, nós a



O projeto será um marco regulatório para atividades como as do Porto de Itajaí, em Santa Catarina

votaremos no Senado, mas precisamos do reconhecimento dessa excepcionalidade pelos líderes — explicou o presidente do Senado.

## Convencimento

Segundo Renan, a MP dos Portos é fundamental nesta crise internacional, quando o país precisa incrementar as exportações. Ele acredita que o argumento ajudará a convencer os parlamentares da necessidade de votar a MP num prazo diferente do que vem se observando ao longo dos últimos anos.

A Câmara não conseguiu votar a MP na quarta-feira devido a uma troca de acusações entre os deputados Anthony Garotinho (PR-RJ) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que acabou provocando o adiamento da decisão.

## Líder do governo critica emenda da Câmara

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), acredita que a MP dos Portos será votada antes de perder a validade. Ele negou que a emenda apresentada pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com vários pontos divergentes do texto aprovado na comissão mista que analisou a MP, possa atrapalhar a votação.

A emenda de Cunha reúne dez propostas de modificação de deputados de vários partidos. A mais polêmica é a que estabelece que nos terminais privados as contratações de trabalhadores sejam feitas exclusivamente pelo Órgão Gestor da Mão de Obra (Ogmo).



Braga alega que o texto anterior, da comissão, foi muito negociado

— Aquela emenda é apenas uma interpretação do desejo de partidos. Mas o texto que saiu da comissão representa avanços importantíssimos dos quais o Brasil não pode abrir mão — disse Braga.

Sobre o tumulto na Câmara, o senador argumentou que é preciso “colocar as questões nacionais acima das questões políticas”.

Ele observou que há questões econômicas muito difusas.

— Existem interesses de estados, de municípios e da União. E do outro lado há interesses dos trabalhadores dentro e fora dos portos.

Questionado se o apelo de Dilma convencerá o Congresso, o senador afirmou que se trata de uma demonstração do comprometimento do governo para modernizar os portos, aumentar a competitividade da indústria e gerar emprego e renda.

— O texto que o governo propôs e que saiu da comissão mista foi amplamente negociado. Isso é democracia, representa o possível. Mais do que aquilo é ruptura.

## Jucá quer união para votar a MP

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ontem, em discurso, a união dos parlamentares para salvar a medida provisória que regulamenta os portos brasileiros.

— Nós precisamos desenvolver um processo logístico no país que dê suporte à necessidade de crescimento econômico. Hoje, um dos gargalos para exportação e importação são os portos.

Jucá manifestou confiança no empenho dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, para que a MP dos Portos seja votada nos próximos dias. Ele sugeriu ao governo construir um texto que favoreça a votação na Câmara segunda-feira e pediu aos parlamentares que contribuam para melhorar a MP de modo a “destravar um setor estratégico”.

## Requião denuncia custo de ferrovias



Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou aumento abusivo do custo de construção das ferrovias.

Em 2004, o custo por quilômetro para fins de investimentos públicos era avaliado em R\$ 1,2 milhão. Em 2013, o quilômetro está orçado em R\$ 4,7 milhões. Um aumento de 280,4% em dez anos, três vezes mais do que a variação dos índices nacionais de construção civil (de 89,31%), disse o senador. Requião acrescentou que o aumento ocorreu ao mesmo tempo em que o país adotou o modelo de parcerias público-privadas (PPPs) para construção das ferrovias.

Ele criticou a presidente Dilma Rousseff por colocar o economista Bernardo Figueiredo à frente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

## Inácio aponta obstáculos que o país enfrenta



Um seminário promovido no último fim de semana pelo PCdoB, com a participação de representantes

de outros partidos, apontou obstáculos que o Brasil precisa enfrentar para continuar a se desenvolver, registrou Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Entre os principais gargalos e limitações, o senador citou os problemas de logística e infraestrutura, a escassez de indústrias de alta tecnologia e de profissionais especializados em diversas áreas. Para Inácio, o país precisa se preparar para iniciar uma “nova arrancada”.

Outro desafio apontado pelo líder do PCdoB é a política cambial. Ele disse que o Brasil precisa saber o que fazer com a entrada de capital especulativo na economia.

## Pinheiro cobra mais recursos para logística



Walter Pinheiro (PT-BA) cobrou investimentos em infraestrutura e disse que a logística deficiente im-

pede o desenvolvimento. Entre os problemas, ele enumerou as dificuldades para fazer chegar alimentos, ração animal e água aos produtores rurais do semi-árido nordestino. O senador acentuou que a reestruturação da malha ferroviária não pode estar separada da reestruturação dos portos. Pinheiro disse ainda que é preciso aprovar não só a MP dos Portos, mas também definir as alíquotas do ICMS interestadual.

Em aparte, Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que investimentos em logística são fundamentais para crescer a indústria e para agregar valor às commodities.

## Alvaro vê caos institucional no Brasil



Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o que considerou uma confusão causada pelo governo. Segundo ele,

a aproximação das eleições de 2014 tem levado a posições contraditórias, numa tentativa de agradar o maior número possível de grupos políticos.

— Vê-se a presidente da República ausente dos grandes debates. Assim, as reformas não ocorrem — disse. Alvaro citou como exemplos os debates sobre a reforma do ICMS, a desoneração da folha de pagamento e a MP dos Portos (MP 595/2012).

Para ele, a insegurança jurídica poderá levar o país a ter dificuldades em captar recursos privados internos e externos para aplicar, por exemplo, em infraestrutura.

# Comissão aguarda proposta do governo sobre domésticas

Contribuições do Executivo para a regulamentação dos novos direitos dos trabalhadores domésticos deverão ser enviadas na semana que vem para que texto seja votado por comissão até o fim do mês

FOI NOVAMENTE ADIADA a apresentação dos projetos de regulamentação da Emenda Constitucional 72/2013, que garante novos direitos aos trabalhadores domésticos. Segundo Romero Jucá (PMDB-RR), relator da Comissão Mista de Consolidação das Leis, o governo quer mais tempo para apresentar suas contribuições ao projeto.

O pedido de um novo adiamento, de acordo com o senador, ocorreu durante uma reunião ontem com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

A expectativa de Jucá é que as contribuições sejam apresentadas na próxima semana, para que o projeto seja discutido e votado na comissão mista até o fim do mês.

— Eu quero liquidar esse assunto ainda neste mês. Estamos trabalhando com força total no sentido de fechar rapidamente a proposta — disse.

O senador negou haver



Antonio Carlos Rodrigues e Romero Jucá debatem regulamentação da emenda do trabalho doméstico

divergências com integrantes do governo e afirmou que uma equipe interministerial trabalha na definição de como serão operacionalizadas as mudanças, o que toma tempo.

Uma das principais questões que estão sendo analisadas pelo governo são os impactos de possíveis isenções que facilitariam o cumprimento das obrigações por parte das famílias empregadoras.

Sobre a proposta de redução da multa por demissão

involuntária, dos atuais 40% do FGTS (aplicáveis a todos os trabalhadores) para 10% (no caso dos trabalhadores domésticos), o senador afirmou que está aberto a sugestões.

— Não podemos criar uma área de conflito que vá sobrecarregar o Judiciário, as famílias, os empregadores e os empregados. Precisamos de uma legislação clara, que facilite a regulamentação e a consolidação do emprego — afirmou Jucá.



Vanessa Grazziotin conduz a audiência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas sobre as ações do governo no setor

## Vanessa quer balanço do Plano de Mudanças Climáticas

O governo quer revisar o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, de 2008, pelo qual se comprometia a reduzir as emissões de gases do efeito estufa. Ontem, em uma audiência pública, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que, antes da revisão, é preciso saber o que já foi implementado.

— Muita coisa já foi alcançada, como é o caso da redução do desmatamento. Mas é preciso mostrar isso. Precisamos dos balanços sobre o que já

foi realizado — afirmou a senadora, presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

Carlos Rittl, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia da entidade ambientalista WWF-Brasil, disse que faltam informações e avaliações sobre o que aconteceu entre 2008 e 2013.

— Temos dados [de desmatamento] da Amazônia e alguma coisa do Cerrado. Mas o que aconteceu na Caatinga,

na Mata Atlântica, nos Pampas e no Pantanal?

Outra queixa da ONG se refere aos planos setoriais, que deveriam ser incorporados ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Nem todos foram apresentados na versão final.

Ao defender a revisão do plano, Karen Silverwood-Cope, do Ministério do Meio Ambiente, afirmou que a iniciativa “consolidará todos os avanços obtidos de 2008 até o presente momento”.

## Figueiró elogia decisão do governo sobre terra indígena

Ruben Figueiró (PSDB-MS) elogiou a proposta do governo de consultar mais de um órgão no processo de demarcação de terras indígenas — Funai, Embrapa e os ministérios da Agricultura, das Cidades e do Desenvolvimento Agrário.

— Já não erasem tempo que houvesse a determinação de



Ruben Figueiró faz discurso sobre demarcação de terras indígenas

encaminhar para outros órgãos a análise a respeito dos estudos da Funai sobre demarcações — afirmou.

## Casildo afirma que Brasil não aproveita potencial turístico

Casildo Maldaner (PMDB-SC) chamou a atenção para o potencial turístico do Brasil. Ele disse que o país tem atrativos culturais, gastronômicos e naturais como poucos lugares do mundo. Apesar do potencial, entre os mais de 1 bilhão de turistas que viajaram no mundo em 2012, só 0,5% veio para o Brasil.



Casildo Maldaner diz que poucos turistas estrangeiros vêm ao Brasil

— É pouco para o país que tem uma das maiores economias do mundo, com 7.500 quilômetros de litoral.

## Petecão cita greve de fome por causa do fuso horário do Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) citou a manifestação do ex-deputado federal João Correia, que está em greve de fome em frente ao Palácio do Planalto desde terça-feira. Correia cobra o restabelecimento do antigo fuso horário do Acre.

Petecão disse que a mudança do fuso, em 2008, foi iniciativa do atual governador,



Sérgio Petecão, que descreveu protesto de ex-deputado federal

Tião Viana, na época senador. Petecão classificou a mudança de “arbitrariedade e truculência”, por ter sido feita sem consulta à população.

## Dornelles parabeniza novo presidente de entidade de seguros

Francisco Dornelles (PP-RJ) saudou a posse, na terça, do presidente da Bradesco Seguros e vice-presidente do banco, Marco Antonio Rossi, na presidência da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CENSEG).



Dornelles diz que Rossi fará bom trabalho à frente da CENSEG

— Estou certo de que terá desempenho importante no fortalecimento do setor de seguros na economia do país.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:**

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



José Cruz/Agência Senado

Presidente da comissão, Ana Rita (C) ouve a sem-terra Maria Gomes Soares contar como aconteceu o massacre

## Senadores acompanharão julgamento em Minas Gerais

Fazendeiro é acusado de comandar ataque a assentamento de famílias sem-terra, deixando cinco mortos e 20 feridos. Representantes da Comissão de Direitos Humanos viajam na quarta-feira

O JULGAMENTO DO fazendeiro Adriano Chafik, dia 15, em Belo Horizonte, será acompanhado por integrantes da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Chafik é acusado de ter comandado, em novembro de 2004, um ataque ao acampamento Terra Prometida, em Felisburgo (MG), onde foram assassinados 5 trabalhadores rurais e 20 pessoas ficaram feridas.

A decisão de enviar representantes, sugerida por Roberto Requião (PMDB-PR), foi aprovada ontem, em audiência que avaliou a situação das famílias que ainda vivem no assentamento, aguardando que a área seja desapropriada.

No dia 15, também irá a júri Calixto Luedy, primo do fazendeiro, que é acusado de contratar os pistoleiros para atacar o acampamento coordenado pelo Movimento

Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES) leu trecho de nota em que o MST destaca a importância da mobilização para evitar que o massacre fique impune.

Os pistoleiros serão julgados em Jequitinhonha (MG). Todos iriam a júri lá, mas o Ministério Público, provocado pelo MST, conseguiu mudar o julgamento dos primos para Belo Horizonte a fim de evitar pressões sobre os jurados.

— Se fossem julgados em Jequitinhonha, os acusados seriam absolvidos por sete a zero — disse o procurador Afonso Henrique de Miranda.

Felipe Maciel, dirigente do MST, afirmou que as ações de reforma agrária em Minas Gerais estão sendo barradas pelo Judiciário e pediu a intervenção do Senado e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### Testemunha relata ameaças de “jagunços”

Maria Gomes Soares, que vive no assentamento, relatou os fatos do dia do massacre. Segundo ela, 210 famílias já viviam encurraladas, por causa das ameaças de “jagunços”. A trabalhadora rural disse que barracas, roças e produção foram destruídas, mas nenhuma família foi indenizada até hoje.

Parte da propriedade era terra pública ocupada ilegalmente pelo fazendeiro. Por isso, foi sugerido que as terras devolutas estaduais sejam destinadas a projetos de reforma fundiária.

## Juiz será denunciado ao Conselho de Justiça

A CDH também decidiu encaminhar ao CNJ representação contra o juiz Octávio de Almeida Neves, titular da Vara Agrária de Minas Gerais. O magistrado é acusado de descumprir regras processuais na concessão de mais de 50 ordens de despejo em medidas de reintegração de posse de terras ocupadas por trabalhadores rurais.

As denúncias contra o juiz,

feitas por Maciel, foram confirmadas pelo procurador Miranda. Ele disse que os juízes não podem conceder liminar de reintegração de posse sem visitar as áreas.

Requião sugeriu a representação contra o juiz. Para Ana Rita, as denúncias evidenciam uma omissão que não pode ser tolerada, ainda mais num estado onde estão ocorrendo assassinatos de trabalhadores.

— O CNJ, que tem por missão zelar pelo bom desempenho dos juízes, adotará o melhor encaminhamento para que o magistrado cumpra seu papel. Se não, que ele seja substituído — disse a senadora.

O representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Josué Tomazi de Carvalho, disse que juízes vão contra a Constituição em relação ao direito à terra.

## Ana Rita apoia reinserção após trabalho escravo

Ana Rita (PT-ES) chamou a atenção para a importância do Movimento Ação Integrada, para reinserção social de vítimas do trabalho escravo, segundo projeto do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho lançado esta semana na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A senadora defendeu a institucionalização do programa pelo governo, considerando experiência bem-sucedida em Mato Grosso.

Segundo a senadora, nos últimos três

anos o Ação Integrada já reinseriu no mercado 434 trabalhadores resgatados pelos auditores fiscais do Trabalho. A iniciativa é desenvolvida em parceria com instituições públicas e privadas, como a Superintendência Regional do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Universidade Federal de Mato Grosso, o Sesi, o Senai e outros.

O programa promove a qualificação profissional e reinserção por meio da alfabetização e da qualificação.

## Paim cobra agilidade no julgamento do Aeris

Paulo Paim (PT-RS) apelou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, para que vote semana que vem o recurso extraordinário que envolve a União, a Varig e aposentados e pensionistas do fundo de pensão de ex-funcionários da companhia, o Aeris.

O julgamento começou quarta-feira, mas a decisão foi adiada devido a



Lia de Paula/Agência Senado

pedido de vista de Joaquim Barbosa. O relatório da ministra Cármen Lúcia é favorável aos aposentados e pensionistas do Aeris, disse Paim, que acompanhou o julgamento ao lado de Ana Amélia (PP-RS).

O senador lembrou que, em abril de 2013, completaram-se sete anos da intervenção

no Aeris, sem que os aposentados e pensionistas tenham sido indenizados.

## Cuidado com a soja exige combinação de medidas

O controle da ferrugem asiática na soja exige a combinação de várias medidas, como aplicação de agrotóxicos, rotação de culturas, barreiras florestais para conter a disseminação pelo vento e a adoção do chamado vazio sanitário — período de 90 dias sem o plantio da cultura. Foi o que explicaram especialistas aos representantes de agricultores e de órgãos governamentais que discutiram o assunto ontem em audiência na Comissão de Agricultura (CRA).

Doença causada por fungo, a ferrugem asiática afeta principalmente a cultura da soja, provocando a queda de folhas e a redução da produção de grãos, com consequente impacto sobre a produtividade das lavouras. Segundo os especialistas, entre 2001, quando o problema

foi detectado no Brasil, e 2012, já foi contabilizado um prejuízo de US\$ 25 bilhões pela redução na produtividade.

De acordo com Silvesio de Oliveira, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), tem sido verificada redução da eficiência dos agrotóxicos, levando o setor a cobrar maior agilidade do governo no registro de produtos com novos princípios ativos.

Tadashi Yorinori, da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), alerta para o avanço de focos da doença no país. A disseminação, disse, é consequência da perda de eficiência dos princípios ativos dos agrotóxicos e de outros fatores “em efeito dominó”, como regime de ventos, fatores climáticos, época inadequada de plantio e demora na adoção de medidas preventivas.



Pedro Franco/Agência Senado

Silvesio, Ana Vekic, Márcio Rosa, Blairo Maggi, Álvaro, Eduardo Daher e Tadashi

## Senadores pedem rapidez na autorização de agrotóxicos

No debate na CRA, o representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Márcio Rosa de Freitas, informou que, em 2004, foram concedidos registros para produtos de controle da ferrugem asiática, sendo que, em 2007, novos agrotóxicos foram autorizados, mas outra vez está havendo resistência aos princípios ativos. Álvaro do Nascimento, do Ministério da Agricultura, apontou a necessidade de mais pesquisas sobre cultivares resistentes ao fungo, orientação aos produtores e respeito aos períodos de interrupção de plantios.

Mesmo reconhecendo a importância do manejo adequado de lavouras, Blairo Maggi (PR-MT), Waldemir

Moka (PMDB-MS) e Sérgio Souza (PMDB-PR) cobraram do governo maior agilidade na autorização de novos agrotóxicos e apoiaram solicitação para que o Ibama e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concluam os pedidos de registro feitos por empresas. Souza e Benedito de Lira (PP-AL) sugeriram integração das ações do Ibama, da Anvisa e do Ministério da Agricultura e aumento de servidores nos órgãos.

A representante da Anvisa, Ana Vekic, lembrou que a legislação brasileira proíbe o registro de produtos carcinogênicos, mutagênicos e que causem desregulação endócrina, e que, por isso, as análises de novos produtos são muito criteriosas.

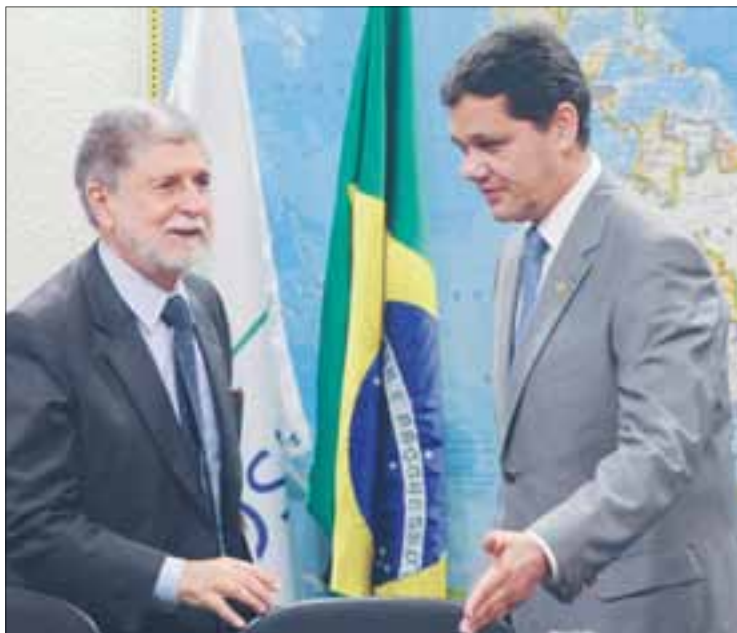
# Celso Amorim diz que área militar deveria receber 2% do PIB nacional

Ministro da Defesa afirma em audiência no Senado que aumento de meio ponto percentual em dez anos é meta razoável para ser alcançada

O MINISTRO DA Defesa, Celso Amorim, acredita que o Brasil deveria dedicar à área militar pelo menos 2% do produto interno bruto (PIB), o que colocaria o país num patamar mais próximo ao de outras nações em desenvolvimento, como Rússia, China, Índia e África do Sul, que gastam em média 2,5%. Ele participou ontem de audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O ministro disse que o orçamento dedicado às Forças Armadas hoje é de 1,5% do PIB, e o aumento de 0,5 ponto percentual é meta razoável para ser alcançada em dez anos.

— Seria algo razoável para deixar o Brasil num nível compatível com seu status político e diplomático. Eu seria o último a negar a necessidade de mais recursos, mas tem havido um incremento



Celso Amorim chega para a audiência na comissão presidida por Ricardo Ferraço

constante — afirmou o Amorim, referindo-se à previsão orçamentária de 2013 para custeio e investimento no setor no valor de R\$ 18,5 bilhões. Em 2005, segundo ele, foram previstos R\$ 6 bilhões.

Amorim enumerou projetos como a construção de corveta e navios-patrolha pela Marinha, o desenvolvimento de novo blindado pelo Exército para substituir os antigos Cascavel e Urutu e o trabalho da Aeronáutica no avião cargueiro KC-390, que vai operar no lugar do Hércules C-130.

Segundo o ministro, esses projetos estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que não garante mais verbas, mas assegura que não haverá contingenciamento. Algumas das empreitadas devem ter financiamento do BNDES.

## Baixa remuneração

Cidadãos de todo o Brasil puderam participar da audiência pela internet e pelo Alô Senado, enviando perguntas e opiniões ao ministro. Na fase de debates, os senadores

mostraram-se preocupados com a situação dos 17 mil quilômetros de fronteira e com a evasão de oficiais das três Armas, causada principalmente pelas baixas remunerações.

Celso Amorim reconheceu o problema, mas minimizou, alegando não haver razão para “alarmismo” da imprensa.

— Este caráter alarmista não se justifica plenamente, o que não significa que o problema não exista. O quadro de evasão preocupa e criamos um grupo de trabalho específico para tratar do assunto. Antecipadamente, posso dizer que as áreas de engenharia e de saúde são as mais críticas. Boa parte dos médicos do Hospital da Força Aérea, com sede em Brasília, são civis e ganham metade, por exemplo, dos profissionais do governo do Distrito Federal. Tem sido uma luta muito grande e estamos trabalhando em soluções — afirmou o ministro.

O último reajuste concedido pelo governo federal aos militares — 30% divididos em três parcelas — não foi o ideal, na opinião do ministro, mas foi “o possível” e revelou a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff com a situação.

## Ministro relata preparação para segurança de grandes eventos

Amorim afirmou que as Forças Armadas atuarão, em conjunto com o Ministério da Justiça e outros órgãos do governo, na coordenação da segurança dos grandes eventos que o país sediará este ano, como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, com a presença do papa Francisco. Segundo o ministro, serão atividades contra o terrorismo, defesa cibernética e defesa dos espaços aéreo e marítimo.

— Estaremos prontos a agir numa contingência, se houver alguma falência dos órgãos de segurança — garantiu.

Em resposta a questionamentos de Ana Amélia (PPRS), Amorim informou que o Brasil tem parcerias com países como os Estados Unidos para medidas contra o terrorismo. Segundo ele, há um treinamento “bastante forte” nas Forças Armadas brasileiras para atuar nessa área, que conta até com uma unidade contra

o terrorismo para ação em questões como uso de armas químicas, enquanto à Polícia Federal compete agir em outro segmento classificado como de “antiterrorismo”.

— Os preparativos estão adequados, os recursos que recebemos são razoáveis — afirmou o ministro, acrescentando não crer que a natureza pacífica de eventos no Brasil vá mudar, mas que é necessário estar alerta.

Amorim disse que as Forças

Armadas serão responsáveis pela segurança do papa em Guaratiba (RJ) e darão apoio a outros órgãos na visita do pontífice a demais localidades do estado do Rio de Janeiro, onde ocorrerá a Jornada Mundial da Juventude.

O ministro conclamou o Congresso a apoiar o aumento dos recursos destinados às Forças Armadas, elevando os valores atuais, que representam 1,5% do produto interno bruto (PIB), para 2%.

## Comissão debate texto que define crime de terrorismo

A Comissão Mista de Consolidação das Leis recebeu ontem a minuta de projeto que tipifica o terrorismo como crime. Apesar de citado pela Constituição e por acordos internacionais, o crime não é previsto de forma clara nas leis do país.

O projeto, elaborado pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), será discutido pela comissão antes de se transformar em projeto de lei e tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado.

A comissão foi criada pelo presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, com o intuito de propor a



Deputado Miro Teixeira, autor do projeto de lei que inclui na legislação penal o crime de terrorismo

regulamentação dos dispositivos constitucionais ainda não regulamentados e consolidar as leis federais.

A minuta, segundo o deputado, foi elaborada com base no PLS 236/2012,

de reforma do Código Penal.

Ao contrário do projeto de reforma do Código Penal, o texto de Miro não faz distinção entre quem financia, quem auxilia e quem pratica os atos de terrorismo. A pena vai de

24 a 30 anos, maior do que a proposta pelo PLS 236/2012, que é de 8 a 15 anos.

O projeto define como terrorismo causar terror na população por meio de explosivos, gases tóxicos, venenos, armas biológicas ou outros meios capazes de promover destruição em massa.

O texto inclui a sabotagem de sistemas de informática, de veículos de comunicação, de meios de transporte e de instalações públicas.

O texto também enquadra como terrorismo atos como incendiar, depredar, saquear, destruir e explodir qualquer bem público ou privado.

## Ferraço cita brasileiro na direção da OMC

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comemorou a vitória do brasileiro Roberto Azevêdo na disputa pelo comando da Organização Mundial do Comércio. O senador atribuiu a eleição à competência de Azevêdo e ao bom trabalho da diplomacia brasileira. Será o primeiro brasileiro a presidir a OMC.

— Caso o candidato apresentado pelo Brasil não reunisse as singulares credenciais pessoais e profissionais que pode ostentar, seguramente que apenas o prestígio internacional de nosso país não bastaria para vencer uma disputa tão acirrada, que se iniciou com nove candidatos.

## Mozarildo pede colégio militar em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou da Câmara a votação de projeto de lei de sua autoria que autoriza a União a criar um colégio militar em Boa Vista (PLS 211/2002).

O projeto já foi aprovado pelo Senado, mas está parado na Câmara dos Deputados desde 2004.

Mozarildo explicou que a iniciativa não obriga, apenas autoriza a União a construir mais um colégio. Segundo ele, o país tem 12 colégios militares, distribuídos por dez estados. Apenas um deles fica na Região Norte, o de Manaus.

## Souza quer rigor contra menor reincidente

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a aprovação de seu projeto que responsabiliza criminalmente o menor infrator (PLS 190/2012). Pela proposta, o menor infrator que reincidir em crimes graves, como o estupro, estará sujeito às penas previstas no Código Penal. Uma vez condenado, o adolescente cumpriria sua pena em estabelecimento prisional adequado, onde passaria por um processo de ressocialização, até atingir a maioridade. A partir daí, restando pena a cumprir, seria levado a uma prisão comum.



Lia de Paula/Agência Senado



Lia de Paula/Agência Senado